



ALICE NO PAÍS SEM BOCA
ALICE IN THE MOUTHLESS LAND

Isabella Pereira Marucci¹

Recebido em: 30 out. 2020

Aceito em: 05 jun. 2021

DOI: 10.26512/aguaviva.v6i2.34929

RESUMO: Este artigo tem como objetivo realizar uma reflexão sobre as obras *Alice no País das Maravilhas* e *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, ambas escritas por Lewis Carroll, pseudônimo de Charles Dodgson, tomando como eixo argumentativo a arbitrária e caótica relação da Rainha de Copas com seu povo do País das Maravilhas, bem como o posicionamento dela. Busca-se compreender e suscitar a ideia de como podemos trabalhar questões críticas de caráter social e de identidade, através da problematização diante da configuração da sociedade instituída hegemonicamente, que considera o outro inferior, e por isso, não lhe concede voz.

Palavras-chave: Literatura. Lewis Carroll. Alice. Hegemonia. Questões Sociais.

ABSTRACT: This paper intends to perform a reflection on the books *Alice in Wonderland* and *Through the Looking-Glass and What Alice Found There*, both written by Lewis Carroll, pseudonym of Charles Dodgson, taking as argumentative point the arbitrary and chaotic relationship and positioning between the Queen of Hearts and her kingdom of the Wonderland. We look for understanding the idea of how we can relate critical issues from social and identity topics, through the problematization of the configuration of society instituted hegemonically, which considers the other lower, and therefore, devoid of a voice.

Keywords: Literature. Lewis Carroll. Alice. Hegemony. Social Issues.

Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll, pseudônimo do matemático Charles Dodgson, conta a história de uma garota que, ao perseguir um coelho, caiu em uma toca, deparando-se com um mundo estranho, considerado fantástico, onde animais e outras criaturas extraordinárias falam; este seria o chamado País das Maravilhas. Todos são regidos pela Rainha

¹ Doutoranda em Estudos de Linguagens no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Mestre em Estudos de Linguagens no Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens (2019), na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Graduada no curso de Letras (2017), habilitação Português/Inglês, da Faculdade de Artes, Letras e Comunicação (FAALC) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: marucci_isabella@hotmail.com



de Copas, uma governante extremamente intolerante e rígida. Ninguém poderia lhe desobedecer ou deixar de seguir seus padrões, sob pena de ter sua cabeça cortada. Não compreendendo a construção daquela sociedade, que é tão diferente do “real”, Alice é a figura questionadora, que sempre problematiza as práticas daquele lugar e se coloca em posição de enfrentamento à rainha.

Semelhantemente, em *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, a mesma personagem encontra-se mais uma vez em um lugar surpreendente, cuja constituição foge do senso comum. Porém, a passagem entre os universos ocorre de maneira diferente; ao invés de cair na toca de coelho, Alice atravessa o espelho da sua sala de estar. Tal mundo, denominado o País dos Espelhos, também é governado pela excêntrica rainha, chamada aqui de Rainha Vermelha, e seu modo de reinado severo permanece o mesmo.

Considerando o contexto sócio histórico e político de inserção das obras, Lewis Carroll escreve em meio a um período conflituoso, que seria o final do século XIX na Inglaterra, onde a sociedade passava pelo reinado da Rainha Vitória, a denominada Inglaterra Vitoriana. Época marcada por fortes exclusões e censuras, em proveito do conservadorismo e privilégio de certas classes, permeada pela rigidez do governo, além das severas imposições ideológicas, disfarçadas pela “bandeira” de tornar a nação exemplar para o resto do mundo, onde o perfeccionismo utópico era valorizado e tomado como única maneira de progresso.

Vale a menção, neste contexto, do *nonsense literário*, fator primordial que consolida as narrativas de Carroll, consideradas, pelo viés do senso comum, não ser detentoras de sentido, por conta das situações bizarras e diálogos aparentemente sem significado. No entanto, através da conceituação referida por Anthony Burgess (1986) em seu ensaio intitulado *Nonsense*, questiona-se, através de uma desconstrução, a aleatoriedade e aparente falta de sentido que tal escrita poderia causar nos leitores, pela perspectiva comum: “De fato, a tradição nonsense britânica, como a surrealista que a sucedeu, é apenas uma maneira bizarra de fazer sentido” (BURGESS, 1986. p. 21)².

A reflexão proposta por Burgess se caracteriza, então, por mostrar que, ao contrário do que se poderia parecer, o *nonsense literário* seria na verdade uma forma diferente de se construir sentido, através do impacto causado em suas situações e diálogos bizarros. Através do distanciamento da realidade, se torna possível uma melhor representação da mesma, por meio deste choque. Para tanto, o autor cita alguns fatores históricos e autores que se utilizam do *nonsense* em sua escrita, entre eles, Lewis Carroll, referenciado neste trabalho. E tomando em

² Tradução livre do original: *In fact, the British nonsense tradition, like the surrealist one which succeeded it, is only a bizarre way of making sense* (BURGESS, 1986, p. 21).



consideração o contexto sócio histórico da escritura das obras, o *nonsense literário* viria como um meio de evitar a censura, que era imposta na época:

“Se não há nenhum sentido neles”, disse o Rei, “isso nos poupa um bocado de trabalho, não é mesmo, pois não precisamos tentar encontrar nenhum. No entanto, não estou bem certo”, prosseguiu, abrindo os versos sobre os joelhos e olhando para eles de rabo de olho; “tenho a impressão de que vejo algum sentido neles, afinal de contas [...]” (CARROLL, 2013, p. 99).

Uma vez que não seria possível realizar uma crítica aberta, sob o risco de punição e silenciamento, este seria um dos aspectos para tornar velado e implícito o discurso social que se quer combater. Neste caso, ainda, considerando que o “rito de passagem” entre o “real” e o País das Maravilhas e o dos Espelhos, se dá quando a personagem dorme, fica explícito também o recurso imaginário infantil, através do sonho e a fachada de uma narrativa para crianças, para colocar visadas críticas. Embora possa parecer clara em frente às percepções do público esta possível intenção da obra:

O problema com o nonsense em sonhos é que não é puro nonsense. O cérebro humano é muito sensível para perder tempo em gerar o que não é biologicamente útil. Sonhos têm que ter significado, e os analistas freudianos têm feito um trabalho curto da infinita queda no buraco de Coelho e das coisas que acontecem no País das Maravilhas³ (BURGESS, 1986, p. 20).

Seguindo esta linha, estas marcas podem ser vistas, direta ou indiretamente, na constituição de ambos os textos literários em questão, como por exemplo, através da composição da consciência e personalidade das personagens, como a considerada antagonista, Rainha de Copas, que não apresenta nenhum traço de serenidade em seus atos, ao contrário, torna todos os habitantes do país das maravilhas submissos a seu modo de pensar, pois caso não lhe obedecessem, seriam punidos: “A Rainha só tinha uma maneira de resolver todas as dificuldades, grandes ou pequenas. “Cortem-lhe a cabeça!” ordenou, sem pestanejar.” (CARROLL, 2013, p. 69).

Esta inflexibilidade na consideração do agir e pensar do outro, sendo um verdadeiro desconsiderar, também é notada no método de julgamento dos casos em tribunal. Uma vez que, frequentemente, a Rainha de Copas dá sua sentença antes mesmo de tomar conhecimento acerca

³ Tradução livre do original: *The trouble with nonsense in dreams is that it is not pure nonsense. The human brain is too sensible to waste its time on generating what is not biologically useful. Dreams have to have meaning, and Freudian analysts have made short work of the endless fall down the rabbit hole and the things that happen in Wonderland* (BURGESS, 1986, p. 20).



das circunstâncias em que supostamente o réu encontrar-se-ia, pois nos casos apresentados por Carroll em *Alice no País das Maravilhas*, os considerados “culpados”, eram na verdade, inocentes. Foram acusados por desentendidos, dos quais a Rainha não queria tomar conhecimento, demonstrando a afirmação da soberania da Rainha, que jamais deveria ser questionada.

[...] “Que o júri pronuncie seu veredito”, disse, mais ou menos pela vigésima vez naquele dia.
“Não, não!” disse a Rainha. “Primeiro a sentença... depois o veredito.”
“Mas que absurdo!” Alice disse alto. “Que ideia, ter a sentença primeiro!”
“Cale a boca!” disse a Rainha, virando um pimentão.
“Não calo!” disse Alice.
“Cortem-lhe a cabeça!” [...] (CARROLL, 2013, p. 100-101).

Evidencia-se também, visível no trecho citado, que Alice, a protagonista, sempre questiona tais práticas sociais, não aceitando tudo como lhe é posto. Diferentemente dos demais habitantes do País das Maravilhas e dos Espelhos, que aceitaram acreditar que realmente a Rainha de Copas é a única detentora de um saber e conhecimento superior ao deles, de maneira que a obedecem cega e temerosamente, por acharem serem leigos e ignorantes. Aceitam tal dominação rígida e hegemônica, pela crença em não possuírem forças que pudessem ser suficientes para independência.

Hugo Achugar, em seu livro *Planetas sem boca* (2006), ao discutir acerca das questões do subalterno, pode contribuir para esta perspectiva de submissão do povo à Rainha, sendo o subalterno aquele que não possui voz e nem visão, apenas balbucia, sendo guiado então por alguém “superior”, alguém que fale e pense por ele. A ilustração que *Alice no País das Maravilhas* e *Através dos espelhos e o que Alice encontrou por lá* permite neste sentido, estaria voltada para o posicionamento destes personagens, enquanto representação crítica direta à questão da dominação. Pois a Rainha de Copas determina o modo de pensar daquele povo, de tal forma que seus súditos sentem medo dela, e compreendem, de maneira imposta, que não devem questioná-la; caso contrário, terão suas cabeças cortadas. Eles são um crítico exemplo de não possuir voz em seu contexto e nem se dão o direito de pensar sobre a problemática. ““Ora, agora você me pergunta”, disse Alice, confusíssima. “Não penso...” “Nesse caso não deveria falar”, disse o Chapeleiro” (CARROLL, 2013, p. 61).

O Coelho Branco, por exemplo, representaria o medo presente diante de alguém superior que detém o poder, pois recorrentemente encontra-se preocupado com a opinião da Rainha a seu respeito, temendo que esteja fugindo dos preceitos pautados por ela. Por esta razão, não dá



ouvidos totalmente a Alice e suas indagações, aceitando sua condição subjugada, não possuindo interesse em questionar ou enfrentar o reinado.

“Onde está a duquesa?”

“Psss! Psss! disse o Coelho falando depressa e baixinho. Olhou aflito por sobre o ombro enquanto falava; depois, na ponta dos pés, a boca junto à orelha de Alice, cochichou: “Foi condenada à morte.”

“Por quê?” disse Alice. [...]

“Deu um sopapo nas orelhas da Rainha...”, o Coelho começou. Alice soltou um gritinho de riso. “Oh, psss!” sussurrou o Coelho, amedrontado. “A Rainha vai ouvir! Sabe, ela chegou muito atrasada, e a Rainha disse...”

“Todos para os seus lugares!” esbravejou a Rainha, e foi um corre-corre de gente pra todo lado [...] (CARROLL, 2013, p. 67).

Transportando esta discussão para o plano em que nos encontramos, enquanto indivíduos, podemos observar uma relação semelhante ao envolvimento entre as nações, onde, ainda que de forma implícita aos olhos de uma porção que não se atenta para o caso, há um status organizado em centros e periferias. Nessa dualidade, fica claro pela nomenclatura que o centro possui o poder da decisão sobre o que é “certo ou errado”, devido a sua superioridade em detrimento das periferias, que sendo consideradas pobres e desvalorizadas, não possuiriam outra escolha, senão “se curvar” diante das nações hegemônicas:

As transformações e os desafios políticos, tecnológicos sociais de nosso presente continuam, todavia, e de fato, reproduzindo as hierarquias entre as classes sociais, entre as regiões e entre os países dos diferentes mundos que coabitam no planeta. Ao mesmo tempo, não se tem podido erradicar a existência de estereótipos na representação que uns fazem dos outros. Mais ainda, essas transformações continuam reproduzindo as representações culturais e políticas sobre o outro, localize-se o outro na aldeia, no centro ou na periferia (ACHUGAR, 2006, p. 82).

Dado o enredo das obras, a Rainha de Copas seria a representação, alegoricamente, deste centro considerado soberano, detentor do saber e poder, apontando para a periferia, configurada pelos demais personagens habitantes daquele lugar, uma espécie de modelo a ser seguido e copiado, pois deveria ser o único valorizado pela sua dominação, não dando espaço e vez para o outro. Esta ocorrência, que acaba por silenciar o outro, é uma das problemáticas de sociedade com características utópicas, pois buscando a idealização e enaltecimento da aparência, do belo e puro, em prol de instituir um padrão visível para o todo o mundo, se pode apagar também, de maneira ríspida, a voz do povo, por meio da censura.



No caso da sociedade vitoriana, seria uma utopia constituída discursivamente, enquanto que, nas práticas sociais, a distopia (a faceta negativa da utopia, seu irônico inverso) fazia-se presente. Contextualizando os termos em caráter social, grosso modo, uma nação utópica seria perfeita e ideal, sem nenhum problema no convívio dos habitantes; enquanto uma sociedade distópica causa repulsa, mas

No entanto, tudo o que é concebido através do pensamento utópico não se revela necessariamente como o melhor para a comunidade, em parte porque as soluções são impostas à comunidade, e em outra parte porque os idealizadores utópicos tendem a desvalorizar as sociedades que eles imaginam. Os habitantes dessas sociedades podem ser vistos como meros fantoches, pessoas sem vida própria, robôs⁴ (SANTEE, 1988, p. 8).

Este seria o cerne crítico das obras de Alice, pois vemos uma representação distópica pelo empoderamento da Rainha de Copas, mascarada pela utopia do aparente desejo de tornar seu reinado perfeito, por meio da padronização de comportamento e pensamento, onde apenas sua vontade seria feita. Sem deixar-se seguir por uma chave interpretativa do autor, sua consideração acerca da Rainha nos permite refletir sobre este aspecto:

[...] Em minha mente, imaginei a Rainha de Copas como uma espécie de encarnação da paixão ingovernável – uma fúria cega e sem rumo. A rainha vermelha deve ser fria e calma; ela deve ser formal e rigorosa, mas ainda não desagradável; pedante ao décimo grau, a essência concentrada de todos os governantes!⁵ (CARROLL, 1887).

Muito além da Era Vitoriana, a discussão estende-se a nível global. Uma dinâmica que envolve todas as nações, sendo o continente europeu considerado superior, o centro, que possui poder para se determinar diante dos demais países, ditos inferiores, principalmente pela questão da colonização, que os teria tornado submissos. Embora Lewis Carroll tenha escrito suas obras inserido em uma nação europeia, a Inglaterra, o intuito crítico do texto literário nos ajuda a pensar e refletir acerca do nosso lugar e papel como indivíduos inseridos no contexto problemático que nos é imediatamente próximo.

⁴ Tradução do original: *Nevertheless, everything which is conceived through the utopian thought does not necessarily turn out for the best of the community, partly because the solutions are imposed upon the community, and partly because utopian idealizers tend to overrationalize the societies they envision. The inhabitants of these societies can be seen as mere puppets, people without a life of their own, robots.* (SANTEE, 1988, p. 8).

⁵ Tradução do original: [...] *I pictured to myself the Queen of Hearts as a sort of embodiment of ungovernable passion—a blind and aimless Fury. The Red Queen must be cold and calm; she must be formal and strict, yet not unkindly; pedantic to the tenth degree, the concentrated essence of all governesses!* (CARROLL, 1887).



Tendo isso em vista, mostra-se necessária a consideração de nosso locus dentro desta discussão; uma vez que nos encontramos inseridos em um contexto geohistórico considerado inferior, diante de outras nações, e de certa forma subalterno, a América Latina; e especificamente ainda o Brasil, que foi colonizado pelos portugueses, possuindo esse vínculo europeu. Considerando então que a discussão ilustrada em Alice vem de uma nação considerada superior, que é a Inglaterra, conforme mencionado; deve-se firmar que pensamos e discutimos estas questões de um locus geohistórico diferente, o que marca nossas especificidades na crítica, conforme apontada a relevância por Achugar (2006).

Eneida Maria de Souza, em seu livro *Crítica Cult* (2002), levanta questões desta natureza, reforçando que voltar os olhos para a Europa, aceitando tudo que provem de lá como único valor, seria incentivar a ideia de dependência cultural dos países periféricos, ressaltados através da prática de cópia ideológica e imitação.

O desejo de se igualar ao outro atinge requintes de despersonalização, a ponto de o sujeito se apagar como o indivíduo e de apelar para o reconhecimento internacional, diluindo-se na imagem alheia ao invés de se impor na sua subjetividade. A pretensa particularização e originalidade do conhecimento é tributária de um espírito de classe, de natureza estereotipada, atingindo dimensões universalistas e homogêneas. (SOUZA, 2002, p. 3 e 4).

Neste processo de tentar igualar-se ao outro, acaba ocorrendo uma despersonalização, onde, semelhante ao exemplo prático de naturalizar-se, apaga-se a identidade e subjetividade do indivíduo, que se submete às culturas internacionais. Isto pode ser observado na relação que a Rainha de Copas mantém com seu povo, pois estes constantemente se veem na obrigação de obedecer às suas ordens em prol de não desagradá-la.

Seus súditos, a exemplo, são formados por cartas de baralho, a fim de constituir uma representação da realeza; no entanto, os mesmos não são comumente reconhecidos de forma individual, uma vez que a aparência, modo de vestir e porte foram padronizados de acordo com suas funções no reinado, para servir à Rainha, considerada o modelo utópico. Em determinado momento, nem mesmo a Majestade pôde diferenciá-los devido à despersonalização dos mesmos. Inclusive, esta seria uma justificativa para a escolha pela carta de baralho para configurar os súditos da rainha, pois colocadas ao contrário possuem o mesmo desenho.

“E quem são esses?” quis saber a Rainha apontando os três jardineiros deitados em volta da roseira; pois, como estavam de bruços e tinham nas costas o mesmo padrão que o resto do baralho, ela não tinha como saber se



eram jardineiros, soldados, cortesãos ou três dos seus próprios filhos. (CARROLL, 2013, p. 65).

Constantemente, a Rainha de Copas posiciona-se friamente em relação ao povo do País das Maravilhas e do País dos Espelhos; sendo a sua autoridade, o único meio identificável de seu governo. Antonio Candido discute acerca do vínculo placentário que mantemos, enquanto pertencentes e inseridos na América Latina, com a Europa. Pois é inegável a nossa origem, tendo sido colonizados pelos mesmos.

No entanto, este fator não deveria afirmar complexos inferiores ou superiores de identidade, mas sim que pudéssemos refletir sobre tal ponto. Em determinado momento, em *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, pode ser notado este vínculo, através de uma possível metáfora: a Rainha afirma que até mesmo os lugares físicos lhe pertencem, de maneira que os demais não possuiriam nenhuma individualidade e originalidade: “Alice obedeceu a todas essas instruções e explicou, o melhor que pôde, que perdera seu caminho. “Não sei o que você quer dizer com seu caminho”, disse a Rainha; “todos os caminhos aqui pertencem a mim...[...]” (CARROLL, 2012, p. 131).

Alice é colocada de maneira não despropositada em seu papel no enredo, é a única personagem que contraria os ideais propagados daquele lugar, sempre questionando e indagando tudo e todos ao seu redor; além de sua notável posição firme diante da Rainha, o que é considerado um ultraje, pois de forma nenhuma se poderia criticar ou responder bruscamente à mesma. No entanto, Alice o faz sem escrúpulos, pois de fato não aceita tudo como lhe é posto.

Sua figura, neste sentido, seria contrária ao posicionamento do subalterno, que não possui fala, é marginalizado e subjugado, apenas ouve-se seu balbúcio. Alice não apenas questiona os personagens habitantes, como o Chapeleiro Maluco e o Coelho Branco, como enfrenta a própria Rainha, nas oportunidades em que se vê frente a ela.

O primeiro encontro entre ambas já traz este embate, que se deu no jardim do castelo, onde Alice se encontrava com os súditos, que haviam sido ordenados a plantar roseiras vermelhas naquele espaço. Contudo, eles se confundiram e plantaram as rosas de cor branca; assim, em prol de concertar este erro cometido antes que a Rainha os descobrisse, estavam pintando as rosas brancas de tinta vermelha. No entanto, a majestade os surpreendeu, e ao questionar Alice sobre o que se sucedia, eis a resposta:

“Como eu poderia saber?” disse Alice, surpresa com a própria coragem. “Isso não é da minha conta.” A Rainha ficou rubra de fúria, e depois de fuzilá-la com os olhos por um momento como uma fera selvagem gritou: “Cortem-lhe



a cabeça! Cortem...” “Disparate!” disse Alice decidida, em alto e bom som, e a Rainha se calou (CARROLL, 2013, p. 65).

Ao ser ouvida, de certa forma, por tal contexto que representa o teor superior diante de seu local como indivíduo, Alice pode ser compreendida por meio da conceituação de Gayatri Spivak, segundo a qual o “subalterno é sempre aquele que não pode falar, pois, se o fizer, já não o é” (SPIVAK, 2010). Diante de um cenário globalizante e capitalista, situando ao nosso local, que acaba por realizar exclusões, Alice não se cala, ao contrário, luta por ecoar sua voz, por meio de uma postura firme. Mesmo que não se possa, de fato, alterar os valores sociais propostos, sua atitude demonstra uma reação à convenção imposta pela dualidade de certo e errado, maior e menor, bonito e feio; demonstrando a necessidade de se refletir acerca, e não apenas tomar como aceito.

Pode-se ainda relacionar a personagem Alice, dentro deste contexto, com o conceito de antropofagia de Oswald de Andrade, discutido por Eneida, como uma possível maneira para lidar com a problemática, onde a concepção de se deglutir a cultura estrangeira para enxertá-la à nossa seria a mais viável visão em frente à hegemonia, ou seja, receber essa crítica e transformá-la ao nosso sentido. Em determinado momento de *Através do espelho e o que Alice encontrou por lá*, a protagonista torna-se rainha após vencer um jogo de xadrez, vendo então a oportunidade de “comandar” aquele espaço; no entanto, as coisas não saíram conforme os anseios da garota, pois mesmo em tal cargo, a Rainha Vermelha ainda detinha o poder e controle, manipulando-a sobre seu modo de agir e pensar, fazendo com que a mesma desistisse dessa posição.

Embora o debate cultural externo entre nacional e estrangeiro não seja o foco da obra, considerando a pressuposta crítica interna à sociedade vitoriana em que Carroll encontrava-se inserido; sua atemporalidade permite a concepção de tal proposta de leitura que permite a reflexão em torno da aceitação e consideração de nossa identidade individual e única, em contraposição àquilo que seria colocado como se deve ser. O mesmo valeria ao nível social e político, tendo em vista que tal modelo utópico de governo, visando criar a aparência perfeita de uma sociedade, acaba por traduzir atos contrários e paralelos à definição de utopia, concebendo uma história distópica:

Não se trata, tampouco, de transformar o debate em discussão partidária, em que o binarismo funcione como argumento de exclusão, colocando a teoria contra os estudos culturais ou contra a ausência de teoria, a alta literatura



contra as demais manifestações paraliterárias, o elitismo contra o populismo, e assim por diante. (SOUZA, 2002, p. 10).

Vale mencionar também a nomenclatura das obras. O título *Alice no País das Maravilhas*, a início, contribui grandemente para esta proposição reflexiva. O termo “País das Maravilhas” alude a algum lugar fantástico de nosso imaginário, onde apenas coisas boas poderiam ocorrer; faria menção a uma nação perfeita, onde se pode viver em harmonia e, possivelmente, sem conflitos. Uma utopia. Mas ao vermos que na prática não é o que se sucede, dado o enredo, esta nomeação poderia nos trazer essa crítica de maneira irônica e velada acerca da constituição social.

O mesmo valeria para o “Mundo dos Espelhos”, da segunda obra de Carroll, onde a escolha pela representação por algo que reflete imagens, como o espelho, seria também uma metáfora para a contradição entre a aparência e a real forma da sociedade. Além de possuir relação, também, com o problema da despersonalização, por meio da cópia do que se julga ser o melhor e correto, configurando a sociedade como formada por espelhos, refletindo àquilo que lhe é posto.

Desta maneira, embora discussões de teor problemático, como as questões da identidade e posicionamento social, possam não trazer possíveis soluções para a dinâmica instaurada mundialmente, torna-se relevante voltar nosso olhar e pensamento para nosso lugar e papel, enquanto indivíduos inseridos neste contexto, evitando a alienação e buscando a reflexão sobre a construção social, pois esta, implícita ou explicitamente, constitui nossa formação pessoal identitária.

REFERÊNCIAS

ACHUGAR, Hugo. **Planetas sem boca**. Belo Horizonte. Editora UFMS, 2006.

BURGESS, Anthony. Nonsense. 1986. In **Exploration in the Field of nonsense**/ organizado por W. Tigges. Amsterdam. Editora Rodopi. 1987.

CARROLL, Lewis. **Aventuras de Alice no País das Maravilhas & Através do Espelho**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 2013

SOUZA, Eneida Maria de. **O discurso crítico brasileiro**. In: SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica Cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SOUZA, Eneida Maria de. Teoria em crise. In: SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica Cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.



SOUZA, Eneida Maria de. O não-lugar da literatura. In: SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica Cult.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

SANTEE, Daniel Derrel. **Modern Utopia:** a reading of Brave New World, Nineteen Eighty-Four, and Woman on the Edge of Time in the light of More's Utopia. Florianópolis, 1988. Dissertação (Mestrado em Letras), UFSC. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75596/79334.pdf?sequence=1>> Acessado em 12 set. 2020.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010.